



DESDE 2005



Bel. Júlio Ramos Luz

**LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E LEILOEIRO RURAL
PERITO JUDICIAL**



AARC nº 162
FAESC 026

Ao

Município de Romelândia, Estado de Santa Catarina

Ref.: Processo Licitatório nº 455/2020

Modalidade: Tomada de Preço nº 01/2020

Critério de Julgamento: Técnica e Preço

JULIO RAMOS LUZ, leiloeiro público oficial, matrícula AARC 162, cadastrado no CPF sob o nº 582.420.409 82, portador do RG sob o nº 1675 990, com endereço profissional na Rua Academico Nilo Marchi, nº 447, CEP: 89.106-075, Rio do Sul, do Estado de Santa Catarina, vem, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Processo Licitatório em epígrafe, nos seguintes termos:

I - DA TEMPESTIVIDADE

O presente pedido de impugnação se apresenta de forma tempestiva, uma vez que está dentro do prazo de serem protocolados em até dois dias úteis antes da data da licitação, conforme prevê o § 2º do Art. 41 da Lei 8.666/93

“Art.41

(...)

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.



DESDE 2005



Bel. Júlio Ramos Luz
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E LEILOEIRO RURAL
PERITO JUDICIAL



AARC nº 162
FAESC 026

O próprio item 10.1 do Edital estabelece este prazo, da seguinte forma:

10.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até dois dias úteis antes da data fixada para a realização da licitação, no endereço discriminado no item 3.1.1 deste Edital, cabendo ao Presidente da Comissão de Licitação decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

II – SÍNTESE DOS FATOS

O próprio Município de Romelândia, Estado de Santa Catarina, através do Processo Licitatório nº 455/2020, de Modalidade Tomada de Preço nº 01/2020, no qual tornou público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo Técnica e Preço. Com objetivo de: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNECERÁ RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VISANDO À PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA.

De acordo com o Extrato do Edital, conforme documento em anexo (**DOC 01**), foi publicado no dia 28 de Fevereiro de 2020, no qual informou que os documentos e propostas deverão ser entregues até as 09h30min do dia 17 de Março de 2020.

Entretanto de acordo com a Lei 8.666/93, no artigo 21 § 2º inciso II, disserta que, será o prazo de trinta dias para ser disponibilizado resumos e editais para tomada de preços, quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou técnica e preço. (grifo nosso)

Art. 21 Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

(...)

§ 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

(...)

II - Trinta dias para:

- a) concorrência, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior;
- b) tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";**
- b)



DESDE 2005



Bel. Júlio Ramos Luz

**LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E LEILOEIRO RURAL
PERITO JUDICIAL**



AARC nº 162
FAESC 026

- c) Ante o exposto, considerando o equívoco ocorrido na publicação, visto que o Município de Romelândia/SC não respeitou o prazo mínimo, que de acordo com o artigo supracitado que é de trinta dias para avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência.

Resta claro, portanto o descumprimento do prazo mínimo previsto em Lei, visto que a publicação ocorreu no dia 20 de Fevereiro de 2020 para entrega dos documento e proposta entregues até o dia 17 de Março de 2020. Pois de acordo com o § 3º da Lei 8.666/93 a data de início para a contagem dos prazos é a partir da última publicação do edital resumido ou do respectivo edital. (grifo nosso)

Art. 21

(...)

§ 3º Os prazos estabelecidos no parágrafo anterior serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.

III DOS PEDIDOS

FACE O EXPOSTO, tendo em vista as razões ora apresentadas, requer-se seja conhecida e processada a presente IMPUGNAÇÃO, dando provimento aos seguintes requerimentos:

- 1) Seja suspenso o Processo Licitatório nº 455/2020, para que a correção referente ao prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento seja adequado ao que preconiza a legislação em vigor.

Termos em que, Pede e espera deferimento.

Rio do Sul, SC, 13 de março de 2020.

Júlio Ramos Luz
Leiloeiro Público Oficial, Matr. AARC 162



DESDE 2005



Bel. Júlio Ramos Luz

**LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E LEILOEIRO RURAL
PERITO JUDICIAL**



AARC nº 162
FAESC 026

Perito Judicial, Matr. COMPEJ nº 02.00.2110 Assinado Digitalmente